



**A “PRIMEIRA PESCA”: MEMÓRIAS DA INFÂNCIA E  
INSERÇÃO NA PESCA ARTESANAL DE QUATIPURU  
MIRIM, TRACUATEUA-PA**

**THE “FIRST FISHING”: CHILDHOOD MEMORIES  
AND INSERTION IN ARTISANAL FISHING IN  
QUATIPURÚ MIRIM, TRACUATEUA - PA**

**Alan Crhistian Quadros Alvão\***

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**

 <https://orcid.org/0000-0001-7815-3363>

[alanquadrosalvao@gmail.com](mailto:alanquadrosalvao@gmail.com)



**José dos Santos Costa Júnior\*\***

**Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**

 <https://orcid.org/0000-0002-0629-3217>

[josedossantoscstajr@gmail.com](mailto:josedossantoscstajr@gmail.com)

**RESUMO:** Analisa-se as memórias de pescadores artesanais da comunidade de Quatipurú Mirim (Tracuateua/PA) sobre a inserção de trabalhadores na pesca. Opera-se com a História Oral como metodologia na produção das fontes. Os depoimentos articularam-se à memória coletiva para gerar sentido sobre o trabalho infanto-juvenil, a primeira pesca (a de zangaria), o papel pedagógico da figura masculina, o caráter ajudante da pesca, o mau desempenho e o desinteresse pela escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesca artesanal; história oral; trabalho; memórias.

**ABSTRACT:** It analyzes the memories of artisanal fishermen from the community of Quatipurú Mirim (Tracuateua/PA) about the insertion of workers in fishing. It operates with Oral History as a methodology in the production of sources. The testimonies were linked to the collective memory to generate meaning about child labor, the first fishing (the zangaria), the pedagogical role of the male figure, the helper character of fishing, poor performance and lack of interest in school.

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

\*\* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC - UEPB/CNPq).

KEYWORDS: Artisanal fishing; oral history; work; memoirs;

## INTRODUÇÃO

Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós.

Valter Hugo Mãe

Quando as memórias mobilizam afetos sobre os acontecimentos e sobre como nos tornamos o que somos; quando as lembranças acionam “retratos” do passado e seus rastros no presente; quando homens e mulheres no tempo e espaço usam isso para ressignificar suas vivências, aí temos matéria para a escrita da história.

Este texto analisa as memórias dos pescadores artesanais de Quatipurú Mirim, em Tracuateua (PA), sobre a infância e a inserção laboral. Operando entre os campos da História Oral e História do Trabalho, problematiza como as memórias de pescadores mobilizam representações da infância e a inserção na pesca artesanal. Nisto, tensiona as relações entre trabalho e sociabilidade na dinâmica intergeracional, entendendo que “as divisões entre as idades são arbitrarias”, pois as interações entre idade social e idade biológica não podem ser naturalizadas, uma vez que categorias como a “juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU, 2003, p. 151-152). Em termos sociológicos, a juventude tem sido abordada sob dois critérios: “o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sociocultural” (GROPPO, 2000, p. 27). Contudo, “o fato de a juventude ser considerada como categoria social a torna um segmento social e uma situação social, definidos não apenas do ponto de vista limitado do critério etário” (COSTA JÚNIOR & BARRERO JÚNIOR, 2017, p. 20).

As referências à pesca aparecem nas vidas dos moradores de Quatipuru Mirim desde cedo, caracterizando a “primeira pesca”. Essa comunidade localiza-se na parte oriental da Amazônia Brasileira, precisamente na zona rural do município de Tracuateua, integrante da microrregião bragantina próxima a “Bonito, Augusto Corrêa, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo e São Francisco do Pará” no Pará (ALMEIDA E SILVA, 1998). Os moradores têm na pesca a principal fonte de renda, embora se envolvam em menor grau com atividades do comércio local e o serviço público em escolas e postos de saúde (PANTOJA, 2015). A comunidade situa-se na área da reserva extrativista de Tracuateua criada em 2005 (COSTA, 2014).

Para a caracterização dos pescadores artesanais consideremos a definição de Silva (2001, p. 87): “é o sujeito histórico que [...] apropria-se de determinados modos do ambiente marinho” e se apropria de “conhecimentos, instrumentos e embarcações oriundos de um mundo social e histórico no qual predominavam as tradições oral e artesanal”. Considerando-se a abrangência de tal definição, entendemos que os pescadores artesanais de Quatipuru Mirim podem ser por ela contemplados na medida em que os saberes patrimoniais pesqueiros e a tradição oral ainda são centrais para o desenvolvimento da atividade pesqueira e do cotidiano. A permanência de um saber-fazer local se envolve com as novas tecnologias que foram adentrando no setor pesqueiro nas últimas décadas. Isso os coloca sob fortes estigmas partindo das referências urbano-industriais, pois essas populações ainda são rotuladas como “anômalas, atrasadas, arcaicas e, do ponto de vista do capital, precisariam se adequar aos modos de vida do universo capitalista, sob a pena de serem expurgadas do mapa da vida latino-americana” (RAMALHO, 2017, p. 17-18). Entretanto, ao contrário do que supõe a ótica capitalista, há populações que buscam alternativas para resistir à modernização em seus aspectos técnicos, comportamentais e culturais. A assimilação de traços modernizantes se efetua

na “atualização da pesca artesanal” envolvendo a conformação de temporalidades particulares (CUNHA, 2000), apropriação local das tecnologias “modernas” (MALDONADO, 1986) e a reorganização das relações de trabalho (DIEGUES, 1983) em uma dinâmica densa e complexa.

A atividade pesqueira segue padrões regionais: o “aviamento” como possibilidade de crédito; a relação com os “patrões” na base da comercialização do pescado e financiamento das jornadas de trabalho; a relevância do referencial de parentesco na constituição das tripulações e nas parcerias de pesca de beirada; a manutenção e atualização dos papéis sociais e relações de gênero e geração (cf. ALVÃO, 2020). Há, ainda, dois tipos de pesca na ilha: a pesca de mar alto e a pesca de beirada. Jaime Pantoja (2015) trouxe essa diferença em seu estudo com base na legislação brasileira (Decreto-Lei nº 221 de 1967 e Lei nº 11.959 de 2009): *a*) a pesca de mar: é praticada em uma embarcação motorizada e à vela, com tripulação de três ou quatro “pescadores embarcados” com jornadas que variam de oito a quinze dias; *b*) a pesca de beirada: denominada de pesca de subsistência, voltada ao consumo familiar, usando apetrechos como “curral, puçá, tarrafa, espinhel e malhadeira ou rede de emalhe de pequena extensão” (PANTOJA, 2015, p. 29), incluindo a extração de mariscos.

Essa caracterização da pesca artesanal na região permite entender as lembranças do trabalho e os esforços da memória coletiva em seu contato com a memória individual dos trabalhadores, constituindo assim um “sentimento de corporação” (RAMALHO, 2012).

## **DELIMITAÇÕES: OS MÉTODOS E AS ESCOLHAS EM CAMPO**

A articulação de algumas metodologias consolidadas em variados campos científicos foi fundamental para a produção desse estudo na forma em que se deu. Para a localização e convencimento dos atores sociais se fez

necessário um conhecimento prévio da comunidade e de uma aproximação dos pescadores residentes em Quatipurú Mirim. Deste modo, o conhecimento da rotina desses trabalhadores – somente possível pelos primeiros diálogos estabelecidos e a observação direta do seu cotidiano – foi fundamental para a construção de situações de entrevistas.

O método fundamental para a seleção dos participantes foi a “bola de neve” (VINUTO, 2014) que consistiu em solicitar a cada entrevistado uma lista de nomes de outros possíveis entrevistados. Na medida em que se avançou com as entrevistas criamos uma hierarquia de repetições dos nomes citados, de forma que seguimos a ordem decrescente de citações. A seleção do primeiro pescador entrevistado, e gerador das outras possibilidades de entrevistas, obedeceu ao conhecimento que adquirimos previamente dos habitantes de Quatipurú Mirim. De acordo com essas orientações metodológicas foram entrevistados oito homens com idade entre 38 e 76 anos, todos envolvidos com a pesca artesanal.

Em termos teórico-metodológicos, a articulação da pesquisa no âmbito dos estudos de História Oral contribuiu significativamente na pesquisa, considerando-se História Oral como metodologia de construção das fontes orais. O ponto de partida consiste na “realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2005 p. 155). Dessa forma, consideramos o projeto de pesquisa com suas questões como o delineador do material produzido a partir da situação de entrevista. Existem duas formas gerais de classificação dessa metodologia: a história oral temática e a história oral de vida, facilmente discernidas em momentos específicos da entrevista. Todavia, é comum, mesmo para os temas singulares, partir-se da história de vida para questões mais específicas, embora essa alternativa seja dispendiosa ao exigir as diversas fases da pesquisa, se estendendo por várias sessões a fim de

se conhecer a trajetória dos indivíduos e aprofundar em temas de interesse da pesquisa que forem surgindo (ALBERTI, 2005).

A partir das considerações de Cléria Botelho Costa (2014) sobre os dilemas de interpretação do outro em narrativas de memória, problematizamos os relatos em sua temporalidade. Isso significa tratá-los não como uma mera repetição do passado – o que seria reducionista e simplista – mas como uma prática de recriação do tempo vivido. Assim, pode-se ver as intrínsecas articulações entre uma lógica narrativa própria acerca do vivido com as expectativas do tempo por vir.<sup>1</sup> Nessa perspectiva não se pode escapar da atribuição de sentido no ato da interpretação dos relatos profundamente implicada na cultura do pesquisador e de um campo teórico. Em outros termos, isso significa dizer que no ato da entrevista não estão apenas em diálogo duas culturas ou dois repertórios variados, mas também distintas noções e experiências do tempo. Se o tempo é também constituído a partir da significação humana, não há razões para pensar que os sentidos do passado e das expectativas de futuro – quando elas existem – são sempre as mesmas, universalmente constituídas e dispostas. A interpretação requer que o pesquisador também perceba o que do passado é selecionado e recoberto por um campo semântico específico que o torna comunicável ao outro. Assim, o dilema da interpretação é também o da alteridade. A negociação das diferenças e a constituição não violenta das identidades e suas singularidades emerge na História Oral como efeito de uma negociação e uma densificação da narrativa do pesquisador que tenta, de modo sempre lacunar e situado, compreender o outro a partir de seus próprios critérios e modos de vida.

O desafio, todavia, será sempre o de cultivar a diferença do outro no espaço de afirmação de identidades demarcadas em termos políticos,

---

<sup>1</sup> Em termos teóricos e historiográficos a relação entre tempo, narrativa e experiência vem sendo pensada de múltiplas formas. Todavia, acerca desse tema são incontornáveis as formulações do filósofo francês Paul Ricoeur e do historiador alemão Reinhart Koselleck, demarcando pesquisas na História e Ciências Sociais com este enfoque. Para uma introdução à problemática a partir desses autores, cf. Barros (2014).

institucionais e culturais. Assim, a escuta do outro é uma forma de conhecê-lo e concebê-lo de modo problemático, isto é, sempre a partir do estranhamento das práticas que o constituem assim e não de outra maneira. Do ponto de vista da investigação histórica e cultural, o dilema da interpretação situa-se no dilema da alteridade na medida em que o estranhamento do outro e dos modos de sua constituição é também, e sempre, a possibilidade de estranhar e desnaturalizar as identidades que ocupamos do outro lado da fronteira. Portanto, se a crítica da cultura possibilita seu entendimento e sua transformação em termos práticos e conceituais, por outro lado contribui diretamente para a compreensão do historiador sobre si e seu ofício, sobre os limites da sua interpretação e os atravessamentos que compõem a sua narrativa a partir do ato alheio de também narrar.

O pesquisador, com seus pertencimentos, buscará no que foi dito e no não dito ampliar suas condições de aproximação da situação estudada,



O oral, o escrito e o imagético carregam em si o não dizer; cabe ao pesquisador abrir as portas para a obscuridade do que não pode ser dito com palavras, mas pode ser decifrado por detrás dos gestos, do olhar, dos sons das palavras, dos silêncios, pela via da imaginação e da subjetividade (COSTA, 2014, p. 51).

Certamente não se pode alcançar uma totalidade do âmbito narrativo dos atores sociais, mas, com esses componentes em vista se pode ampliar a leitura possível, contemplando as implicações políticas do ato de lembrar. Situar a lembrança na materialidade do corpo, dos gestos e comportamentos também torna possível a compreensão de particularidades que emergem no ato de entrevistar, de dialogar com o outro sobre um tema ou uma vida. Assim, pode-se tomar a memória como espaço em disputa que impõe o desafio de examinar dinâmicas em que “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda

forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos” (POLLAK, 1989, p. 9).

Este texto apresenta excertos e elementos que resultaram de uma pesquisa mais ampla, que teve por objetivo analisar as práticas, memórias, histórias e concepções da pesca artesanal sob a ótica dos trabalhadores locais. A problematização sobre a primeira pesca, desenhada nesse espaço, se deu em uma vasta produção de memórias sobre a atividade pesqueira local.

### **OS CONTORNOS NARRATIVOS DA PRIMEIRA PESCA NAS MEMÓRIAS DOS PESCADORES ARTESANAIS**

De tudo que foi relatado pelos pescadores e pescadoras sobre o trabalho, a iniciação na pesca destacou-se como ponto importante utilizado nas narrativas para a construção de sentido nas histórias de vida. Tal iniciação esteve relacionada à continuidade da atividade, que também foi dos pais, mães, tios e outros parentes, o que indica claramente como essa prática laboral foi coextensiva e organizadora de outros aspectos e domínios da vida naquela comunidade. Esse elemento foi amplamente ressaltado principalmente pelos homens pescadores de forma que, por algumas vezes, os relatos da inserção pareceram se tratar dos mesmos interlocutores. Acerca dessa questão, Pollak (1989, p. 3) acrescentou que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”. Tal aspecto permite pensar sobre como a produção social da memória ocorre no presente a partir de demandas e usos que se faz do passado para fins de conservação ou ruptura com as crenças, percepções e valores socialmente herdados e partilhados. Dessa forma, concebemos a memória como um trabalho sobre o tempo vivido implicado pela cultura e pelo indivíduo (Bosi, 1993).



Bourdieu (1996) assinalou que os sujeitos constroem algumas sequências narrativas ordenadas em conformidade com relações inteligíveis, em um esforço de uma “criação artificial de sentido” evidente em etapas de um desenvolvimento necessário. Este sociólogo francês discutiu sobre a “ilusão biográfica” como uma maneira socialmente elaborada para atribuir coerência a uma trajetória individual, de modo que o passado seja vinculado com o presente a partir de uma relação de causalidade e necessidade. Deste modo, aquilo que pensamos ser a apresentação de si como reflexo de uma anterioridade e uma interioridade, efetivamente se constitui como uma “produção de si”, uma elaboração que se dá na medida em que elimina as especificidades em prol de um padrão culturalmente localizado. Tal traço de arbitrariedade da composição narrativa de si mesmo se dá em meio às expectativas e funções que são constituídas na cultura e legadas de geração em geração visando a coesão social do grupo. Trata-se de pensar como a produção social do indivíduo somente se torna viável em meio a modelos prescritos que devem ser atualizados e desempenhados em termos de gênero, geração, ocupação laboral, experiência religiosa, etc., assim como também os elementos e práticas sociais proscritas por justamente colocarem em risco a coesão do grupo a partir da apropriação de modos de vida que até então lhe eram estranhos.

No que se refere à produção desse “padrão” como um modelo a ser seguido, um conjunto de normas nem sempre claramente expostas, mas herdadas e referendadas em um campo social específico, pode-se dizer que é o processo de produção social da identidade (SILVA, 2014). Esta, por sua vez, somente se torna possível na relação com a diferença, isto é, com o processo de criar distância e diferenciação entre o eu e o outro, nós e eles, adulto e criança, pobre e rico, homem e mulher. Contudo, em termos históricos e sociológicos, a compreensão sobre a construção da identidade deve considerar que ela ocorre a partir de uma vontade de atribuir coerência a um conjunto de atitudes, valores, comportamentos, ou seja, a um certo modo de vida individual e coletivamente

forjado por um desejo de coerência. Mas “vontade” de quê? De quem? Para quê? Se a priori uma afirmação dessa natureza parece soar quase metafísica, por outro lado deve-se considerar que o modo como o ser humano se constitui como sujeito – e este é um tema longamente analisado na história da filosofia – deve ser objeto de análise e tomado como problema. O ser humano se constitui como sujeito de certa identidade de gênero e sexo, sujeito da penalidade, sujeito da educação formal via escolarização, sujeito trabalhador etc. Todavia, nenhuma dessas posições de sujeito (HALL, 2006) é algo natural que emerge da própria interioridade do indivíduo. Pelo contrário, tais posições são agenciadas, negociadas, definidas e difundidas para fins de coesão e coerência social do grupo. Mas a construção da identidade se dá histórica e politicamente em relações de poder fabricadas com base na relação com as diferenças que, ao seu modo, também são reforçadas seja para fins de legitimação e reconhecimento, ou para fins de crítica e não reconhecimento. Dois exemplos recentes da constituição identitária como efeito das lutas por reconhecimento são a “identidade homossexual” lapidada e negociada em movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 – mas também já bastante tensionadas a partir das agendas teóricas e políticas do fim do século XX – como também a identidade da pessoa com deficiência, que por sua vez foi efeito do reconhecimento na forma de políticas públicas e legislação específica visando a garantia de direitos básicos como educação, mobilidade e trabalho. Os dois exemplos de identidade permitem perceber como na formação social brasileira tais sujeitos – o homossexual e a pessoa com deficiência – nem sempre foram objeto de definição de políticas e garantias específicas.

Voltando então, mais detidamente, ao caso em análise, pode-se observar que a construção das identidades de gênero, geração e classe no contexto dos trabalhadores da pesca seu deu na configuração das próprias narrativas memorialísticas. Nelas, pode-se notar a ocorrência de alguns aspectos que tentam dar conta de uma “coerência” dessas posições de sujeitos

ou lugares identitários, tais como: o trabalho infanto-juvenil, a primeira pesca (a de zangaria<sup>2</sup>), o destaque a uma figura masculina que ensina, o caráter ajudante da pesca, o mau desempenho e desinteresse pela educação escolar. Esses elementos narrativos foram tratados pelos depoentes como elos sequenciais das histórias de vida ou como aspectos centrais de histórias repletas de causalidades e direções necessárias.

Cabe o esclarecimento de que esse texto se debruçou nas representações e memórias sobre a infância e a juventude quando relacionadas ao tema “trabalho”. Os interlocutores da pesquisa foram incitados a responder questões como: Quando você começou a pescar? O que o motivou? Ressaltamos, ainda, que a infância é produzida em memórias fortemente vinculadas ao presente, isto é, os que lembram são pessoas que possuem toda a trajetória de vida envolvidas no vai-e-vem próprio do trabalho no mar, com “visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história” (DELGADO, 2017, p. 10). As representações sociais, conforme teorização do historiador francês Roger Chartier em profícuo debate com as teorias sociais de Émile Durkheim e Pierre Bourdieu, permite entender as representações como imagens construídas socialmente por um grupo a respeito de si e dos outros grupos ou indivíduos, e “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). No caso dos trabalhadores de pesca se vê como a representação do masculino nessa atividade laboral ancora-se na reafirmação de alguns predicados com coragem, força, virilidade, masculinidade etc., o que atua diretamente em um lugar de poder específico, como sujeito que exerce a força, que conduz o processo. Tal

---

<sup>2</sup> Tipo de pesca descrita por Costa (2014, p. 216) em que “para cada uma ou duas braças de rede, é enfiada uma estaca para servir, como na tapagem, de apoio para a rede, verticalmente, da borda inferior até a superior. A zangaria é colocada com a maré seca, margeando o curso d’água, no sentido de uma meia-lua, suas extremidades ficam na croa e sua extensão alcança o meio do curso d’água ou, como dito no local, a meia maré”.

condução e lugar social, por sua vez, reforça uma representação sobre o lugar da mulher, do feminino e da criança, relacionando-as a outros predicados e lugares sociais hierarquicamente como a casa, a maternidade, a educação familiar, as tarefas domésticas, e assim por diante.

As representações, portanto, são construídas na mediação com o que se pensa, herda e considera do passado em sua relação com o presente e o futuro. Que posições foram ocupadas? Como atualmente estão sendo vivenciadas? De que maneira preservar tais posições relacionadas com o ser homem, ser mulher, ser criança, ser pescador etc.? Considerando que, a depender do acontecimento narrado, as condições de fala dizem muito mais sobre as demandas do presente em relação ao passado (POLLAK, 1989), isto abre o leque para pensarmos sobre as permanências que balizam aquilo que é recordado e alvo de atribuição de significados no presente. Nesse sentido, a forma como o presente coloriu o passado nas lembranças da infância, também o fez com o trabalho. Vemos como essa relação entre as gerações media usos do passado e significados específicos, pois a infância não se encontra no passado como objeto inerte, paralisado, mas é sempre ressignificada e deslocada a partir das perguntas que os pescadores tentam responder e às demandas que o cotidiano lhes coloca na condição de indivíduos em processo de formação e transformação intersubjetiva a todo o momento.

Sendo o trabalho uma dinâmica fundamental na constituição das identidades e modos de vida no contexto da pesca e da vivência comunitária, vale destacar que o conceito de “trabalho” foi mobilizado no estudo para ler a extensão da atividade laboral em todas as etapas da vida. A partir disso, foi possível mapear as suas variadas significações e motivações, combinando ação e observação, como coloca Streck e Frison (1999), bem como por sua historicidade, uma vez que

[...] o trabalho pode ser visto como meio de sofrimento e/ou prazer; estar relacionado ou não com o recebimento de um equivalente monetário; pode ou não exigir esforço, ter caráter físico e/ou intelectual, significar fonte de sobrevivência ou de obtenção de bens, bem como status social. O trabalho ainda pode ser visto como ajuda em determinados contextos; como oposição ao lazer e ao ócio; ou como forma de sobrevivência digna, em contraposição a outras formas de sobrevivência contrárias à moral vigente (STRECK e FRISON, 1999, p. 111).

Para as autoras o caráter subjetivo da lembrança permite o encontro com uma diversidade de conceitos que podem ser organizados em uma mesma categoria. Em resumo, o trabalho pode ser significado de modo diferente em contextos sociais diversos, e em um mesmo contexto também existem as variações entre os atores sociais, como crianças, mulheres, homens, jovens e idosos/as, com os seus pertencimentos sociais. De modo complementar às autoras, Cardoso e Souza (2011) em seu texto sobre o processo de socialização de crianças em uma comunidade de pescadores na Amazônia destacaram que o trabalho funciona como estratégia de inserção de meninos em costumes e tradições locais, no fortalecimento de laços familiares, na distinção entre as etapas da vida (adultos e crianças) e na aprendizagem para encarar o ecossistema. O envolvimento de crianças nas lides pesqueiras não pode ser reduzido à ideia de trabalho infantil em seu caráter aviltante das áreas urbanas (Cardoso & Souza, 2011).

Considerando que o estudo recobre experiências e memórias de homens adultos envolvidos na pesca artesanal de Quatipurú Mirim, deve-se ter em mente que a inserção na atividade pesqueira se dava no passado em um momento de duplo turno de trabalho em que os pescadores, quando crianças e adolescentes, se dividiam entre ir à escola e acompanhar outros trabalhadores nas pescarias de beirada. Essa divisão tornava-se mais tensa nos períodos de safra da pescada gó<sup>3</sup> (maio a julho) em que a demanda do trabalho familiar

---

<sup>3</sup> *Macrodon ancylodon*, cf. Bloch e Schneider (1801).

aumentava e quando os currais necessitavam de mais mão de obra para o processamento local do pescado (evisceração, lavagem e salga). Ao recordarem a combinação entre a pesca e a escola, os pescadores atribuíram um sentido negativo às memórias, nas quais elementos como a falta de vontade de estudar, o mau desempenho escolar, o comportamento e as limitações do ensino formal na comunidade foram reforçados. Essa postura frente ao ensino escolar se deu em contraste com o trabalho na pesca.

Eu comecei por quem? Ah sim, a história é essa assim, eu estudava e pescava, aí eu fui pegando o dinheiro né e deixei o estudo pro lado, que nesse tempo o estudo aqui era atrasado né, num era que nem assim... nesse tempo pelo Quatipuru Vila, às vezes por Bragança, mas num era por aqui era por fora, aí era mais atrasado (Pescador, 46 anos).

Foi... que escola, já ia pra ficar em pé em cima da mesa atentando. Porque era filho do dono da pescaria e ia pescava (Pescador, 64 anos)

Ah comecei pescar na idade de quinze anos, é que nosso trampo aqui é pesca, parou de estudar é pescar (Pescador, 58 anos).



www.revistafenix.pro.br

Embora a sociedade ocidental tenha se empenhado, principalmente a partir do século XVIII, em correlacionar infância e escolarização em uma linha ascendente e necessária (ARIÈS, 2006), de fato a historicidade das práticas aponta em outra direção. Em um país como o Brasil, no qual a escolarização formal demorou a acontecer e ser considerada como direito da criança, as distâncias entre a idealização da criança escolarizada e alheia ao mundo do trabalho e a criança em contexto urbanos e não urbanos, é diferente.

A recordação da pesca em lugar de oposição com a escola esteve, na maioria das vezes, acompanhada de um tom humorado quando o tema era o da primeira pesca. Os pescadores lembraram de uma infância ansiosa por começar a acompanhar os pais e os outros homens da família nas viagens pesqueiras. O tom de humor percebido nas entrevistas estava relacionado à transmissão de conhecimento por parte de sujeitos que estão profundamente envolvidos com o

trabalho e que encontravam na entrevista um espaço de ensinamento (STRECK & FRISON, 1999). A expectativa do período da infância estava imbricada à figura masculina como trabalhador, isto é, aquele que passaria adiante as atividades, instrumentos e ensinamentos da pesca no compartilhamento das experiências, bem como ao fato de homens na pesca se tratarem da principal referência por gerações. O espaço adulto era compartilhado amplamente com as crianças em seus aspectos laborais e simbólicos. À vista disso, o trabalho não pode ser compreendido como uma dimensão separada da vida, mas como parte central da própria vida (Cardoso & Souza, 2011), na medida em que articula as próprias condições materiais de existência e reprodução social (MARX, 2011; CHAUI, 2008).

A fim de que se atente para a historicidade das práticas em que ser criança e ser adulto foram organizadas no contexto da pesca em Tracuateua, precisamos considerar que o campo de possibilidades (VELHO, 2003) de um menino ou rapaz na comunidade era reduzido, ou melhor, circunscrito a partir de expectativas em relação ao gênero e à idade. Dessa forma, por repetidas vezes os pescadores tomaram a pesca como destino, como se pode notar no relato abaixo:

Porque aqui, a gente aqui o pai da gente num tem uma condição boa né, e a gente acabou de estudar tem que ir pescar, às vezes a gente quer ganhar o dinheirinho da gente e num tem emprego num tem nada. Nosso emprego aqui é pescar. Todos somos empregados é na pescaria (Pescador, 58 anos).

Com uma vida escolar sem êxito e com forte referência no trabalho, a trajetória na pesca iniciava-se cedo. Por se tratar de um recurso narrativo na construção de sentido para suas histórias consideramos que a identidade do indivíduo é definida principalmente pela multiplicidade de pertencimentos sociais, de sorte que quanto mais amplos são os círculos sociais mais se reforça e se refina a identidade individual (GIMENEZ, 2018). Se tal identidade aparece

como destino, na medida em que define o lugar do mundo trabalho e a própria designação de gênero, etc., isso não impossibilita a compreensão da identidade como produto de contingência, mas situada em um campo que define o que é (im) possível para indivíduos e grupos em uma cultura. Sendo assim, os pescadores faziam parte de círculos sociais relativamente limitados onde a pesca colocava-se como a principal alternativa de trabalho. Pôde-se constatar isso no questionamento feito aos depoentes sobre o aprendizado do trabalho, isto é, com quem aprenderam a pescar. Nisso as figuras dos pais e dos tios aparecem de forma predominante.

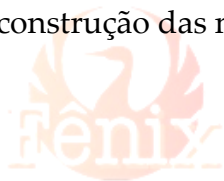
Dada a limitação posta para a educação formal ou escolarização e a possibilidade de migração ser destinada para as meninas, os rapazes eram direcionados para a pesca como o único ofício possível. Posto isso, para o caso da pesca artesanal, a relação com a natureza, o trabalho e o tempo foram fundamentais na formação intersubjetiva desses homens. Suas percepções sobre o tempo foram mediadas pela presença do mar e suas características. A construção das relações de trabalho com a pesca se apresentou como a única forma possível de produzir meios de subsistência.

O sentimento de inevitabilidade de uma vida na pesca pode ser notado no relato a seguir, quando acompanhado dos filhos em um momento de manutenção da rede de pescaria o pescador narra a sua infância:

Ah sim, a história é essa assim, eu estudava e pescava, aí eu fui pegando o dinheiro né e deixei o estudo pro lado, que nesse tempo o estudo aqui era atrasado né, não era que nem assim... nesse tempo pelo Quatipuru Vila, às vezes por Bragança, mas não era por aqui era por fora, aí era mais atrasado. Aqueles que tinha condição, mandava logo... mas era mais fêmea que ia, saía pra cidade né, aí nesse tempo era só eu de homem, eu e o meu irmão, aí ele era menor e eu era maior, e era só o papai, naquele tempo não tinha ajuda de governo né, não tinha ajuda de bolsa família, bolsa verde, num tinha essas coisa, aí era só da pesca que vivia, aí pronto larguei o estudo (Pescador, 46 anos).



Devemos levar em consideração que a pesca artesanal foi afetada pelas mudanças amplas no setor pesqueiro, com a inserção de tecnologias, das relações capitalistas e da própria lógica do capital. Desse modo, os pescadores também expressam essa inevitabilidade da pesca para as próximas gerações com pessimismo de um trabalho degradante, de longas jornadas, do parco acesso aos bens de consumo e escassez das espécies piscatórias. Diante disso e da ênfase na constatação de que os homens mais velhos da família já estavam envolvidos nas lides do mar foram raras as alternativas para evitar a pesca. Portanto, junto ao tom humorado do narrar a infância acrescentava-se um tom de resignação e conformismo. É importante salientar que as versões parecidas do processo de inserção na pesca marcam o contato da memória individual com a memória coletiva. Se por um lado se trata de derivações da seletividade da memória, por outro lado, indicam a demarcação de uma base comum de reconstrução das memórias, como sugere Halbwachs (1990, p. 12),



Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.

Embora sejam poucos os casos em que os homens saíram da comunidade para trabalhar em regiões urbanizadas ou na pesca empresarial, os pescadores não os mencionaram diretamente. Mas foi possível notar que ao mencionarem as próprias trajetórias no trabalho alguns deles se referiram às experiências de pesca fora da ilha em algum momento da vida, como se pode perceber no relato a seguir:

Doido é quem larga, digo mesmo eu não moro em Bragança ah porque eu não tive condição não. Eu, quando eu trabalhei em Bragança, pesquei lá nos barcos de lá, tive condição de comprar uma casa de altos e baixos, tava com dinheiro no bolso... (Pescador, 65 anos).

Essas tensões mostram as armadilhas da memória quando, ao narrar, o pescador constrói verdadeiras ilusões biográficas alimentadas pela versão coletiva da memória eliminando as exceções em prol do fortalecimento da identidade (BOURDIEU, 1996). Pode-se notar isso no que se refere à gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação, especialmente na relação entre entrevistador e entrevistado (POLLAK, 1989).

Quando estivemos na ilha conhecemos alguns rapazes que migraram para os centros urbanos com a finalidade de continuar a formação escolar e de buscar novos ofícios. Eram filhos de pescadores experientes, e ainda, os filhos dos pescadores entrevistados para esse estudo. Foram os que narraram a versão coletiva sobre a permanência dos rapazes na pesca. O que chama a atenção é que mesmo mantendo contato com jovens que “fugiram” da pesca, eles mantiveram a versão de que os homens “sempre” pescaram e que as mulheres são as que “sempre” migram.

Há de se diferenciar os momentos históricos da juventude atual e da juventude lembrada. Porém, vale considerar que a migração com mais frequência de jovens para os centros urbanos nos últimos anos não foi mencionada. Com isso, evidenciaram-se os cortes da memória na formulação de narrativas individuais e suas fronteiras com a memória coletiva.

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais (THOMPSON, 1997, p. 57).

Nas lembranças da primeira pesca o homem era o detentor do conhecimento e possibilita a entrada dos mais jovens pelo compartilhamento dos saberes e experiências concernentes ao trabalho. Foram os pais, tios,

padrinhos e vizinhos os que ensinaram, enquanto a pesca das mulheres foi lembrada como atividade de lazer em narrativas humoradas. Quando os homens lembravam das infâncias não faziam referência ao trabalho doméstico, provavelmente por fazer parte da rotina das mulheres. O trabalho na comunidade de Quatipurú Mirim como estratégia de socialização de crianças também marca os espaços sociais de meninas e meninos, de forma que estes ficam ligados ao universo de atividades dos homens.

Existe uma evidente limitação metodológica que implica diretamente na manutenção dos papéis de gênero. O método “bola de neve” permite que os entrevistados indiquem outras pessoas para participar do estudo com base no seu próprio perfil ou um possível narrador melhor. Logo, ao tratarem do tema trabalho e pesca, as mulheres foram eliminadas da lista. E, mesmo quando provocados a falar do trabalho feminino, o tom mudava e as mulheres não eram consideradas profissionais da área. Essa identificação de novos narradores por parte dos próprios depoentes aponta para tensões em metodologias como a “bola de neve” e a própria “história oral”, com a problemática das versões históricas e o lugar social dos atores sociais. Tais apontamentos corroboram para ficarmos atentos às permanências do modelo bipolar de divisão sexual do trabalho nas pesquisas acadêmicas realizadas nas sociedades pesqueiras (ALENCAR, 1993).

A figura masculina como a que ensina esteve fortemente relacionada a um tipo de pescaria conhecida como “zangaria” que foi denominada como uma prática do passado. A “zangaria” foi um tipo de pescaria muito lembrada na temática da “primeira pesca”. A estratégia de localizá-la no passado possivelmente tem relação ao seu status de pesca proibida de acordo com o plano de uso da reserva extrativista de Tracuateua, por se tratar de um apetrecho predatório e por se caracterizar como “rede de cercar garapé”.

A Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (RESEXMAR) foi criada em 20 de maio de 2005 por meio de decreto federal (BRASIL, 2005). Possui um

território que engloba cerca de 29% do município de Tracuateua, alcançando a área de 27.864,08 hectares (ICMBio, 2019). O modelo das resex marinhas se deu no processo de expansão das reservas extrativistas criadas como resultado das lutas dos seringueiros no Acre. A extensão para o ambiente costeiro visou a proteção dos recursos naturais e das populações tradicionais que deles são dependentes (COSTA; ROCHA; DOS SANTOS, 2021). Como política pública territorial a resex Tracuateua possui uma associação dos usuários da reserva marinha de Tracuateua (AUREMAT). A comunidade de Quatipuru Mirim é a única que está localizada dentro do espaço físico da reserva. A criação das normas de uso dos recursos naturais e a sua apropriação pelos pescadores foram levadas em consideração neste estudo por suas impressões nas memórias do trabalho.

É possível que, embora os pescadores mantivessem a atividade diante das restrições externas ocasionadas pelas normas, eles não exporiam tais práticas ao interlocutor. Portanto, fizeram referência ao passado como um período anterior à criação da reserva extrativista. No ato de lembrar os sujeitos consideraram a conjuntura desfavorável da atualidade relacionada às demandas ambientais impostas pela reserva e suas concepções da sociedade englobante (POLLAK, 1989). Os relatos deixaram a sugestão de que a forte pressão para o abandono da “zangaria” levou ao abandono do uso. Na relação passado-presente que envolve dinâmicas de reconstrução de memórias, as novas experiências “ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão” (THOMSON, 1997, p.57), em conformidade com as mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Assim, viver em uma reserva extrativista requer a elaboração de narrativas de memória que acompanhem o contexto.

Numa maresada aí, foi proibida e acabaram. A justiça pra lá... Negócio de IBAMA e tudo... sabe como é tudo isso é IBAMA, IBAMA que tem esse enxerimento... (Pescador, 65 anos).

Ninguém pesca mais porque proibiram a pescaria da zangaria. O IBAMA proíbe e o pessoal também proíbe. Assim né, o pessoal de fora de longe né, porque matava muito peixe naquele tempo, aí o cara fazia uma zangaria fazia estrago, não dava conta fazia estrago, dava muito peixe né, e o cara também pegava muito peixe miudinho. Aí é assim. (Pescador, 70 anos).

A relação dos pescadores com a política ambiental foi narrada com base em conflitos na apropriação dos recursos realizada nos moldes locais e a imposição de algumas normas que ensejam o desejo moderno de preservação dos recursos naturais. Os pescadores também consideraram o desperdício do recurso e a implicação ecológica disso.

Por outro lado, a ligação da pesca de zangaria com o passado também estava relacionada aos materiais de confecção frente às modernas redes plásticas de linhas de náilon. Encontramos alguns apontamentos nesse sentido em relatos como o seguinte:



Antigamente é, e agora também não tem mais gente assim pra tá trabalhando em zangaria, caboco<sup>4</sup> agora, os caboco novo quer pescaria mais moderna, não quer cair n'água de noite essas coisa, porque tinha que cair na água a noite né, com a água aqui, tinha que cair na água pra levantar a rede, se não levantasse num pegava nada, que a rede tava lá no chão, aí tinha que levantar ela pra cercar o peixe. Ela também não tem nem chumbo nem cortiça, ela é fincada na terra né na areia até aqui, só a parte de baixo, a parte de cima o cara levanta e bota na estaca, estaca se dá na grossura dum cabo de vassoura mais grosso um pouquinho de que um cabo de vassoura, da grossura desse pau aqui. Aí faz aquelas zangaria daqui pra aquele fim de mangal acolá, pra cercar o peixe, quando era mais hora o arrais chamava né, chamava pra cair na água pra levantar a rede (Pescador, 46 anos).

No trecho citado acima percebeu-se como os traços modernizantes na pesca foram percebidos pelo pescador e como a dinâmica na pesca de zangaria foi tomada como “não moderna”. Ela exigia que o pescador estivesse na água para desempenhar o trabalho, tanto na armação da rede como para “levantar a

<sup>4</sup> Caboclo.

rede”, além da ausência de materiais como o chumbo e a cortiça. No relato, esse tipo de pescaria foi caracterizado como uma modalidade simples, sendo desprezado pelos “caboclos novos”. Em sua sociologia da mudança social, Pior Sztompka (1998, p. 145) postulou sobre as marcas deixadas na personalidade humana pelas condições modernas que se tratavam de requisitos para o funcionamento eficiente da sociedade moderna. Entre elas destacamos: “a pronta disposição para a realização de novas experiências e abertura para inovação e mudança”. A colocação do autor foi profícua para se pensar o desdém dos pescadores pela “zangaria”, pois o acesso às tecnologias que atribuem certa praticidade, agilidade ao trabalho e seu contraste com o uso de instrumentos simples nas atuais condições colocou em evidência as mudanças ocorridas nas formas de pescar, principalmente pelo distanciamento cada vez maior entre os pontos de produção e a região de residência. Entre os mais jovens, a disposição para o uso de novos instrumentos de pesca foi ainda mais evidente.

Somado aos dois fatores apontados como possíveis definidores para a compreensão dessa modalidade de pesca, a zangaria, como a primeira pesca ou pesca do passado, devemos considerar um outro aspecto, qual seja a conexão com o pescador do passado. Esse aspecto contribuiu para o entendimento do caráter de “ajudante” nos primeiros passos dos pescadores na atividade pesqueira. Como mencionado anteriormente, o homem mais velho foi tomado como aquele que possibilita a inserção na pesca. É com um pescador experiente que os rapazes aprenderam sobre o trabalho. Assim, foi responsabilidade dele a transmissão dos saberes pesqueiros.

Essas narrativas evidenciaram um elemento estruturante da cultura pesqueira na região, calcado nos papéis de gênero e totalmente inscrito no caráter profissional do trabalho em suas inscrições locais. Nesse âmbito desponta o trabalho da mulher quase sempre tomado como em caráter não profissional. A negação da mulher no processo de socialização dos filhos na

profissão de trabalhador da pesca esteve inscrita nas memórias dos depoentes. A despeito destas representações, outros trabalhos evidenciam a participação estratégica das mulheres como Ramalho (2017, p. 39-40) apresentou para o caso de duas localidades no litoral pernambucano,

Isto se dá de dois modos: na pesca marítima de Suape, os filhos ajudam as mães na venda de pescados e no conserto das redes; já na pesca estuarina itapissumense, vários meninos pescam com as mães antes de ir para o barco trabalhar com o pai, fazendo com que, além de ajudá-las, as crianças estivessem ao alcance dos seus olhares e sob os cuidados maternos no decorrer da jornada de trabalho da mariscagem.

O caso de Quatipuru Mirim aproximou-se ao de Itapissuma, quando também se teve como prática comum as mães levarem os filhos para o trabalho nos manguezais em suas pescarias de mariscos, embora se perceba o silenciamento e a negação dessa participação na socialização das crianças no espaço do trabalho pesqueiro.

Pretendemos com esse direcionamento demonstrar como que, ao se denominarem “ajudantes” na lembrança de inserção no trabalho, os pescadores delimitaram um estágio inicial bem marcado em suas trajetórias. O trabalho do pescador iniciante se dava no apoio em pequenas tarefas relacionadas à manutenção dos petrechos de pesca na água, assim como na retirada dos pescados capturados. Desta forma, o trabalho reduziu-se ao acompanhamento dos pescadores experientes na pesca de zangaria em que pequenos grupos familiares se organizaram. O caráter de pescador acompanhante estava relacionado à geração de renda, à manutenção de pescados para a alimentação familiar e à subordinação ao pescador experiente. O que se percebeu foi que a geração de renda, quase que estritamente, passa a definir o pescador profissional com o passar dos anos, de acordo com a inserção da pesca artesanal na economia de mercado.

A mudança de pescador “acompanhante” para pescador “de profissão” foi percebida pela transformação na motivação do trabalho. A infância ansiosa por acompanhar o trabalho do pai foi cedendo espaço para a obrigação de trabalhar pelo próprio núcleo familiar. Nas narrativas foi possível demarcar, relativamente, o próximo estágio que se aproxima em que o trabalho se tornou, gradualmente, mais profissional. O evento chave para tal mudança foi definido pelos pescadores como “arrumar família”.

Sempre malhava de zangaria mais meu pai, pesquei, pesquei um bocado com meu pai, aí depois que arrumei a família, eu arrumei a família com dezessete ano, aí eu já fui trabalhar assim por conta minha mesmo sabe... passar assim a tomar de conta do barco dos outro, os outro falava comigo... (Pescador, 65 anos).

Rapaz, que eu me lembro mesmo quando eu comecei pescar com os meus tios eu tinha uma faixa de doze ano, doze ano eu comecei a pescar com os meus tio, aí arranjei família com quinze, aí daí pra cá direto na pescaria (Pescador, 53 anos).

Ficou nítido nos depoimentos acima como os pescadores diferenciavam os dois momentos: a pesca com o pai e a pesca para a família recém-constituída. Com a construção de relacionamentos com as parceiras, a motivação mudou, passando para uma pesca apartada do pai. É comum na pesca embarcada a parceria entre pais e filhos, porém os rendimentos passam a ser divididos. O filho a partir de então passa a ganhar o seu pagamento. Assim sendo, a referência à idade como indicativo de diferenciação entre adultos e crianças (profissionais e ajudantes) foi consideravelmente suavizada e, no limite, carregada de incertezas. Semelhantemente ao estudo de Cardoso e Souza (2011) no caso da comunidade de Matá no Pará, uma noção local de responsabilidade também é sintomática do “ser adulto” em Quatipurú Mirim envolvendo a posse de saberes e as atitudes dos jovens pescadores.

Esse estágio de trabalho na pesca iniciado com a construção de matrimônios só se finaliza quando a pesca passa para o próximo momento



complementar, a aposentadoria. No ato de narrar suas vidas os pescadores construíram laços lógicos de acontecimentos centrais, no sentido de uma ilusão retórica: a primeira pesca (de caráter “ajudante”), a pesca profissional (iniciada com os laços matrimoniais) e a pesca complementar (com a aposentadoria). Com essa ordenação cronológica da memória nas narrativas, por sua vez bastante consolidada, os indivíduos constroem uma noção de continuidade e um sentimento de coerência social definindo os seus lugares sociais e a relação com os outros (POLLAK, 1989).

O esforço narrativo de um pertencimento social está relacionado com os valores positivos da identidade, coletiva e individual, atribuídos pelos atores sociais, quais sejam: estimular a autoestima, a criatividade, o orgulho do pertencimento, a solidariedade grupal, a vontade de autonomia e a capacidade de resistência (GIMENEZ, 2018). De modo que reafirmar certa continuidade também tem a vontade de credibilidade e de relevância (POLLAK, 1989).

## APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

A partir de um conjunto de relatos orais de memória de pescadores, este texto não teve no critério de “veracidade dos depoimentos”, a sua principal questão. No âmbito de um estudo entre a História e a Sociologia, buscamos atentar para a mobilização de elementos simbólicos e narrativos, considerados como estratégias (conscientes ou não) que participaram da construção e manutenção de uma identidade vinculada ao trabalho. Problematizando as seleções e operações que atuam na produção social da memória foi possível tensionar as relações de gênero, geração e de divisão social do trabalho entre os que ficavam e aquelas que partiam para a cidade por meio de processos migratórios majoritariamente vividos por mulheres.

Acreditamos que tem muito sentido para os pescadores situarem-se na história de uma coletividade como movimento próprio da relação entre

memória e identidade, particularizando-se em um contexto de produção de políticas de reconhecimento como a reserva extrativista marinha de Tracuateua fundamentada em noções de território. Entendemos que os relatos colhidos não se trataram de uma “apresentação de si”, mas de uma “produção de si” situada em contatos diversos das dimensões sujeito/coletivo (SILVA *et. al*, 2007).

A produção de um sentimento de continuidade do trabalho masculino de gerações anteriores contribui na manutenção da divisão sexual do trabalho e na dedicação exclusiva de homens da comunidade em pescarias de mar. A migração mais recente de homens para as áreas urbanizadas à procura de oportunidades em outros ofícios e na pesca empresarial reforça os contornos da identidade narrativa com a amarração mais fiel dos elementos centrais, citados anteriormente, principalmente para os pescadores que permaneceram na comunidade. Deste modo, pôde-se analisar como a constituição das divisões etárias se dá em processos culturais, contingentes e de forma arbitrária, no sentido de que não espelham nenhum tipo de natureza anterior às relações sociais que definem quem são e o que podem ser crianças, jovens, adultos, homens, mulheres etc. Os modos como a relação entre a formação subjetiva e o trabalho pesqueiro foram se constituindo, permitiram que ao longo do tempo certas identidades tivessem se solidificado no imaginário social e coletivo, fazendo com que nem sempre as divisões de gênero e geração pudessem ser questionadas.

Um aspecto que provoca tensão nessa configuração identitária, de acordo com os dados analisados no estudo, se refere ao processo de escolarização incompleto no caso dos meninos e homens, e a possibilidade de uma continuidade dos estudos e da vivência de outras atividades laborais no caso das meninas e mulheres, via migração. Portanto, a infância lembrada pelos pescadores contrasta com um ideal hegemônico das sociedades urbano-industriais da infância como espaço de não trabalho (STRECK & FRISON, 1999). Foi a partir disso que a noção de trabalho recebeu novas tonalidades se

espalhando por diversos momentos da vida dos atores sociais como forma por meio da qual a socialização e a realização em termos econômicos e simbólicos se tornasse possível.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In. PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALENCAR, Edna Ferreira. Gênero e Trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza de. Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia. **Coleção Eduardo Galvão**. Museu Emílio Goeldi. Belém, 1993.

ALMEIDA, Herbert Georges de; SILVA, Graciete Branco da Cunha. **Programa Informações para Gestão Territorial**. Estado do Pará: CPRM. Município de Tracuateua. 1998.

ALVÃO, Alan Christian Quadros. **Trabalhadores do mar em Quatipurú Mirim, Tracuateua-PA: memórias, trabalho e ambiente costeiro**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2020.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARROS, José de Assunção. **Teoria da História: acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história**. v. 4. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

BRASIL. Planalto. Decreto s/n, de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Município de Tracuateua, no Estado do Pará, e dá outras providências. Brasília, 2005.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, p. 165-177, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. **História Oral**, v. 17, n. 2, p. 31-46, 2014.

COSTA, José Newton. **As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. 2014.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos & BARRERO JÚNIOR, Roger Camacho. Jovens como esperança na transformação: a campanha Juventude Participe! em Campina Grande (PB 2009-2011), **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 2, n. 3, agosto-dezembro de 2017.

COSTA, Josinara Silva; ROCHA, Tainá Teixeira; SANTOS, Neuma Teixeira dos. Reserva Extrativista para quê? **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 8, 2021.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. O Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. A imagem das águas. NUPAUB-USP, São Paulo, Brasil, p. 101-110, 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida. **História oral: memória, tempo, identidades**. Editora Autêntica, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Editora Ática.1983.

GROPPO, Luís Antônio. "A Juventude como Categoria Social". **Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 7-27.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Painel Corporativo: RESEX Marinha de Tracuateua. 2019.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARX, Karl. **O Capital (livro I): crítica da economia política/O processo de produção do capital**. 2ª ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

PANTOJA, Jaime da Costa. **Pesca artesanal: Olhares sobre o trabalho e relações intergeracionais de pescadores e pescadoras na comunidade de Quatipurú Mirim – Pará**. Dissertação. Mestrado em Biologia Ambiental. Universidade Federal do Pará, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Elos de pertencimento na pesca artesanal. 2017. In: JUNIOR, W. C; BLUME, L. H. S. (Org). **Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina: Estudos Interdisciplinares**, v. 2. Salvador: EDUNEB, p. 27-50. 2017.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. 2012. [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. 1, n. 1, 2007.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar, sécs. XVII ao XIX**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

STRECK, Carla Fabiana; FRISON, Thirzá Baptista. Lembranças de velhos: o mundo do trabalho na infância. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 1, 1999.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, 2014.

**RECEBIDO EM: 29/04/2022**

**PARECER DADO EM: 07/08/2022**



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)